

**Posição-sujeito utópico imbricada com
efeitos-sentido de utopia**

Subject position utopian imbricated with effects sense of utopia

Mayara Archieris AMORIM*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB/BRASIL

Maria da Conceição FONSECA-SILVA*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB/BRASIL

RESUMO

Apresentamos, neste trabalho, resultados da análise de quatro seqüências discursivas retiradas de textos que circularam na mídia e que discursivizam sobre o sujeito pragmático Marina Silva, candidata à presidência da República do Brasil, nas eleições de 2010 e 2014. Para procedermos à análise dos dados, mobilizamos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, das Ciências Humanas e das Ciências Sociais e Aplicadas. Os resultados indicaram o funcionamento de uma posição-sujeito utópico imbricada com efeitos-sentido de utopia.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso. Efeito-sujeito. Efeito-sentido. Política.

*Sobre as autoras ver página 180.

ABSTRACT

We present in this work , analysis of results of four discursive sequences taken from texts that circulated in the media and that discursivizam on the pragmatic subject Marina Silva, presidential candidate of the Republic of Brazil, in the elections of 2010 e 2014. To proceed to the analysis of data, we mobilize theoretical assumptions of Discourse Analysis, Humanities and Social and Applied Sciences. The results indicated the operation of a subject position utopian imbricated with effects sense of utopia.

KEYWORDS: *Discourse Analysis. Effect sense. Effect subject. Policy.*

1 Considerações iniciais

A participação das mulheres nas esferas públicas e privadas tem sido objeto de pesquisa de trabalhos desenvolvidos por estudiosos inseridos em diferentes áreas do conhecimento. As pesquisas que dizem respeito ao sujeito pragmático "mulher que atua nas esferas do poder executivo, do poder legislativo e do poder judiciário", no entanto, são muito poucas no Brasil. Dentro deste contexto que nos interessamos por investigar como se dá a discursivização, na mídia, sobre sujeitos pragmáticos mulheres que atuam nas esferas de poder político. Neste trabalho, especificamente, o material selecionado para análise refere-se ao sujeito pragmático Marina Silva, que já atuou, em sua trajetória política como vereadora, como deputada estadual, como senadora e como Ministra do Meio Ambiente, sendo ainda, candidata à Presidência da República, no Brasil, nas eleições de 2010 e 2014.

Vinculados ao quadro teórico da Análise de Discurso (AD), inaugurada por Michel Pêcheux, apresentamos, neste artigo, parte dos resultados da pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, cujo objetivo foi investigar o movimento discursivo da passagem do sujeito pragmático Marina Silva para a posição-sujeito utópico, e, portanto, sujeito do discurso, e os efeitos-sentido que se constituem nessa posição-sujeito.

O *corpus* da nossa pesquisa foi constituído por textos (reportagens, entrevistas, notícias) que discursivizam sobre Marina Silva e que foram veiculados na mídia entre os anos de 2009 e 2014, período que inclui: i) a pré-candidatura de Marina à Presidência da República em 2009; ii) a candidatura de Marina à Presidência da República em 2010, pelo PV; iii) a tentativa de conseguir o registro legal do partido político Rede Sustentabilidade em 2013; iv) a candidatura à vice-presidência na chapa com Eduardo Campos em 2014; v) a candidatura à Presidência da República em 2014, pelo PSB.

Dessa forma, analisamos sequências discursivas retiradas de textos que circularam em diferentes veículos de comunicação entre 2009 e 2014, e que discursivizam sobre o sujeito pragmático Marina Silva no cenário das eleições presidenciais no Brasil. Neste artigo, tendo em vista a necessidade de apresentarmos um recorte da pesquisa desenvolvida, analisamos quatro sequências discursivas: a primeira foi retirada da reportagem intitulada *Marina Silva defende “utopias” em programa na TV*, publicada em fevereiro de 2010 no jornal "O Estado de S. Paulo"; a segunda foi retirada de uma entrevista com Marina Silva publicada em setembro de 2010 na revista Rolling Stone; a terceira foi retirada da reportagem intitulada *“Marina é um ponto de interrogação”, diz filha de Chico Mendes*, publicada em agosto de 2014 no portal G1; a quarta foi retirada da reportagem intitulada *Do realismo mágico*, publicada em setembro de 2014 no jornal Tribuna do Norte. Para analisarmos os dados, mobilizamos pressupostos da Análise de Discurso, e dialogamos com áreas do campo das ciências humanas, sociais e aplicadas.

2 Utopia: abordagens em diferentes campos de saber

Apresentamos, neste tópico, algumas definições de utopia. Devido à necessidade de propor um recorte, discutimos o modo como alguns autores conceituam a utopia a fim de compreendermos a maneira como o conceito tem sido pensado na sociedade, em diferentes campos de saber.

Ao analisar a utopia como um substantivo comum, Barbosa (2003) defende que essa palavra é utilizada como sinônimo “do distante

inalcançável, o sonho irrealizável, fantasia, quimera, insensatez.” (BARBOSA, 2003, p. 26). Desse modo, tomada em um sentido pejorativo que circula no senso comum, essa expressão pode ser utilizada para desqualificar ideias, planos e propostas atribuídas a um porvir considerado pouco provável ou improvável. Ao ser compreendida dessa maneira, a utopia passa a ser concebida apenas como um sonho humano, cuja realização não parece ser possível, e que está, portanto, destinado ao mau êxito.

A palavra utopia é utilizada pela primeira vez, segundo Barbosa (2003), na Carta a Pedro Gilles, redigida por Thomas More, em outubro de 1516, e publicada no prefácio da primeira edição de *Utopia*. Barbosa (2003) destaca que o termo em questão pode ser traduzido de formas diferentes na língua portuguesa: não-lugar, nenhum lugar, algures, nenhures, lugar algum. Para ele, a multiplicidade de traduções para a expressão utopia indica os diferentes sentidos que dela podem ser derivados.

O vocábulo utopia foi utilizado pela primeira vez, como dissemos, na obra de More intitulada *Utopia*, compreendida como uma crítica à Inglaterra e a outros estados europeus das décadas iniciais do século XVI. A esse respeito, Almeida (2009, p. 1) esclarece que a obra de More representava uma crítica à situação existente, por meio da “descrição imaginária de um lugar diferente – situado em lugar nenhum, como corresponde ao sentido do vocábulo, mas que era, presumivelmente, uma ilha do Novo Mundo, não muito bem localizada geograficamente”. Nessa perspectiva, a obra é tomada como a “expressão de um desejo consciente” de que a realidade social fosse modificada por meio da intervenção dos próprios homens.

De fato, Chauí (2008) também concorda que, em *Utopia*, por meio da extinção da propriedade privada, da intolerância religiosa presente em igrejas e da separação entre Estado e sociedade, More cria uma sociedade ideal que possui liberdade, igualdade, paz, ordem, justiça e lei¹.

¹ Por outro lado, há os que defendem que a sociedade retratada em *Utopia* não é tão justa e possui características autoritárias. Exemplo disso é que, segundo Almino (2004), quando os utopienses ocupam a posição de colonizadores, podem comportar-se de modo injusto com povos que rejeitam sua convivência ou resistem à colonização; além disso, os habitantes de Utopia repartem ou tomam posse dos territórios de outrem, declaram guerras preventivas, humanitárias e que se referem ao interesse de outros povos, mesmo sem consultá-los. Assim, Almino (2004, p. 31) explica que “não apenas a Utopia não existe; More não espera que venha a existir. [...] O que More e seus personagens nos dizem nos fazem pensar, continuam tendo um potencial crítico à ação dos Estados e governantes, mas não sugerem receitas prontas para serem aplicadas. Ou seja, *Utopia* não deve ser lido como um tratado prescritivo ou normativo. Não é um ideário. Apesar de tudo, o livro de More alimenta até hoje a idéia de um norte, de um farol, uma luz no final do túnel, algo que orienta a ação dos homens e lhes serve de guia [...]”

Na obra de More, segundo a autora, estão presentes a democracia direta, a tolerância religiosa, a valorização do trabalho, a censura da ociosidade, o planejamento da atividade econômica e a repartição igualitária dos bens, além de haver uma tentativa de se conquistar a estabilidade social e política por meio do trabalho de um bom legislador.

Vinculado a uma perspectiva histórica sobre a utopia, Almeida (2009) ressalta que

Nos séculos seguintes, o sentido original da expressão foi perdendo seu significado de crítica a uma situação perversa e de exposição de um estado ideal, atingível pela ação racional dos homens, para converter-se em seu contrário, isto é, a de uma exposição idealista de objetivos inatingíveis, misto de ingenuidade e de ilusionismo, promessa vazia de uma organização impossível de concretizar-se, posto que fundamentada em objetivos e metas irrealistas, próximos do fantástico ou da pura ficção filosófica. Foi com esta interpretação negativa que Marx e Engels designaram, em meados do século 19, todas as propostas anteriores de realização de uma sociedade socialista, colocando em seu lugar o que eles pretenderam classificar como a única modalidade factível de socialismo, o “científico”, que seria o deles mesmos. Socialismo “utópico” tornou-se, assim, sinônimo de ingenuidade, idealismo e ilusão [...] (ALMEIDA, 2009, p. 1).

A partir disso, é importante apresentarmos algumas considerações sobre o uso da palavra utopia na expressão socialismo utópico, que se contrapõe, por exemplo, ao socialismo científico. Buber (1986), ao apresentar as teorias que foram denominadas, por Marx e pelos marxistas, de socialismo utópico, esclarece que, inicialmente, Marx e Engels denominavam de utopistas aqueles cujas ideias antecederam o desenvolvimento decisivo da indústria, do proletariado e da luta de classes, e que não poderiam, por esse motivo, considerar estes aspectos. Posteriormente, o conceito foi utilizado para fazer referência àqueles que não podiam e nem queriam considerar estes aspectos. A partir disso, a designação *utopista* passou a ser utilizada como o instrumento mais eficaz da luta do marxismo contra o socialismo não-marxista.

Não há mais a preocupação de demonstrar, a todos os momentos, que a própria opinião é mais correta que a do adversário. Via de regra, por princípio, é exclusivamente no próprio campo que se encontra a ciência e, conseqüentemente, a verdade; também, por princípio, no campo oposto encontra-se exclusivamente a utopia e, conseqüentemente, o erro (BUBER, 1986, p. 14-15).

Apesar dessa crítica que o marxismo fez aos utopistas, Buber (1986) afirma que os utopistas eram “aqueles que se viam obrigados a construir imaginariamente os elementos de uma sociedade nova, já que esses elementos ainda não se manifestavam palpavelmente na própria sociedade antiga”. (BUBER, 1986, p. 12). Nessa perspectiva, compreende-se que o socialismo utópico “prepara” a futura estrutura da sociedade. Para tanto, precisará manter as formas comunitárias já existentes, mas deseja a maior autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade.

É possível também refletir sobre a utopia como gênero literário. Para Chauí (2008), a utopia originou-se como um gênero literário, ou seja, como uma narrativa acerca de uma sociedade feliz organizada de modo perfeito, e também como discurso político, na medida em que se configurou como uma exposição sobre a cidade justa. Nessa perspectiva, a utopia não se caracteriza como um programa de ação, mas como um exercício de imaginação, constituindo-se como uma possibilidade cuja realização não é certa e tendo a capacidade de inspirar ações ou uma utopia praticada.

A autora afirma que, por um lado, a sociedade imaginada a partir de uma perspectiva utópica pode ser concebida como uma negação total da sociedade existente. Por outro lado, essa sociedade imaginada pode ser compreendida como a projeção de uma sociedade futura na qual as características negativas da sociedade existente serão eliminadas e as suas características positivas serão aprimoradas. Desse modo, “neste segundo caso, compreende-se que utopia possa significar *eutópos* e que o socialismo, por surgir de uma revolução integral, pudesse ter sido visto por muitos

como utopia, apesar de Marx e Engels” (CHAUÍ, 2008, p. 8). De qualquer forma, nesta perspectiva, tanto no caso da ruptura total quanto no caso do desenvolvimento dos aspectos positivos da sociedade existente, a utopia só se concretiza quando se julga possível uma sociedade renovada e com outra forma de organização.

As considerações até então apresentadas indicam que utopia não tem uma única definição. Da perspectiva da AD, no entanto, não nos interessa identificar as diferentes acepções que podem ser atribuídas ao termo utopia. Interessa-nos, isso sim, os deslizamentos de sentido (Pêcheux, 1969) de utopia. Como assinala Pêcheux (1975), as palavras e expressões mudam de sentido conforme as posições sustentadas por aqueles que as utilizam.

Se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade (PÊCHEUX, 1975, p. 147).

Assim, a literalidade não é uma questão que funciona na AD, uma vez que se entende que o sentido não está vinculado à literalidade da palavra, e sim a uma determinada posição-sujeito no interior da qual a palavra é (re)produzida. Baseando-nos em Pêcheux (1969), podemos afirmar que ocorre um deslizamento de sentido de utopia. Para o autor, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1983a, p. 53).

Da perspectiva da AD, também não é nosso objetivo observar a etimologia de determinada palavra, bem como o sentido pejorativo que pode ser associado a certos vocábulos. Não estamos dizendo, com isso, que as contribuições de Barbosa (2003) e Chauí (2008), por exemplo, não têm relevância. Ao contrário, o trabalho de ambos embasa as reflexões de diversos estudiosos que se dedicam ao estudo da utopia em diferentes

abordagens e nos ajuda a compreender, por exemplo, o modo como a utopia foi sendo concebida historicamente.

No nosso trabalho, entretanto, interessa-nos analisar os diferentes efeitos-sentido de utopia, de modo que as reflexões que fizemos até então contribuem para a identificação dos diferentes discursos sobre a utopia que circulam na sociedade. Antes de apontarmos alguns efeitos-sentido possíveis de utopia, é importante esclarecermos o modo como a noção de discurso é concebida em nosso trabalho.

Segundo Pêcheux (1969), o discurso é um efeito de sentido entre interlocutores, concebidos como lugares determinados na estrutura social. Nas palavras do autor, “o que dissemos precedentemente nos faz preferir aqui o termo *discurso*, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B.” (PÊCHEUX, 1969, p. 81). Salientamos que os elementos A e B não dizem respeito ao sujeito pragmático da ordem do consciente, de modo que não é possível afirmar que o discurso tem a sua origem no indivíduo. Nessa perspectiva, o sujeito é concebido como uma posição, um lugar na estrutura, sendo que o efeito-sentido se dá na relação entre os dois lugares.

Assim, a reflexão que desenvolvemos neste tópico contribui para que se identifique diferentes discursos em circulação sobre a utopia, como aqueles nos quais a utopia: i) pertence apenas ao universo da idealização e não possui aplicabilidade em situações práticas; ii) é um elemento que possibilita a mudança da realidade social; iii) está associada à idealização de uma nova realidade social na qual os indivíduos viveriam em condições mais justas e igualitárias; iv) tem a capacidade de inspirar ações, ainda que não possa ser realizada na prática.

3 Posição-sujeito utópico e efeitos-sentido de utopia: análise das sequências discursivas

Tomando como base as quatro sequências discursivas abaixo apresentadas, analisamos os diferentes efeitos-sentido de utopia

identificados nos textos que discursivizam sobre o sujeito pragmático Marina Silva. Vejamos a primeira sequência discursiva analisada:

(1) A senadora e pré-candidata do Partido Verde à Presidência da República, Marina Silva, disse achar difícil a possibilidade de ser criticada por seus adversários políticos por ter dito, em programa de televisão do PV exibido na noite de quinta-feira, que quer ser uma “mantenedora de utopias”. A definição de utopia passa pela descrição de uma sociedade justa, sem desequilíbrios sociais e econômicos e, segundo a doutrina marxista, é um modelo abstrato de sociedade ideal. Ainda que o ideal e o real tenham um abismo de diferenças entre si, Marina Silva afirmou que, segundo o filósofo brasileiro Ernildo Stein, as utopias são apenas começos. “E começaram inclusive pelos meus adversários, quando tiveram a utopia de que em plena ditadura poderíamos construir uma democracia”, afirmou citando a ministra-chefe da Casa Civil e pré-candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff; o governador de São Paulo e pré-candidato tucano, José Serra; e o deputado federal e pré-candidato do PSB, Ciro Gomes. “Acho muito difícil que pessoas que tenham tido uma trajetória no campo democrático, na defesa de ideais façam uma crítica desqualificada à ideia de utopia, até porque são pessoas tão bem preparadas para compreender o sentido de tudo isso”. [...]. “Qualquer um pode fazer a diferença no meio de todo mundo que não faz nada, que tem vergonha muitas vezes de defender determinados temas que parecem utópicos, mas que já estão mais que na hora de serem transformados em realidade” (O ESTADO DE S. PAULO, 05/02/2010).

A análise do excerto 1 ratifica algo que já dissemos inicialmente: diferentes discursos sobre a utopia estão em circulação na sociedade.

O primeiro aspecto a ser apontado na análise da sequência discursiva diz respeito à definição da utopia como a estruturação de uma sociedade justa e sem desequilíbrios de ordem social ou econômica. A partir disso, é possível identificarmos em 1 um efeito de negatização da utopia, segundo o qual ela está na esfera do irrealizável, da abstração, da idealização, ou seja, é um ideal cuja realização parece improvável. A esse respeito, não

podemos desconsiderar que, no senso comum, como dissemos no tópico anterior, a utopia é concebida como algo impossível de se realizar.

O efeito de negatização da utopia também pode ser verificado na oposição que se estabelece entre o ideal e o real. Na medida em que o excerto 1 aponta a existência de uma distância entre aquilo que se idealiza e aquilo que existe na realidade, materializa-se uma oposição entre utopia e realidade, entre aquilo que se deseja e aquilo que corresponde às condições que a realidade impõe.

Apesar de identificarmos um efeito de negatização da utopia na sequência discursiva, notamos que, em oposição a ele, é materializado também um efeito de positização da utopia. Para compreendermos esse jogo, destacamos um trecho do excerto no qual a utopia é compreendida como um começo (*Marina Silva afirmou que, segundo o filósofo brasileiro Ernildo Stein, as utopias são apenas começos*). Em 1, a definição de utopia como começo (re)produz o efeito segundo o qual a utopia funciona como um estímulo, como mecanismo capaz de incitar ações futuras, como elemento que motiva.

O efeito de positização da utopia também é verificado quando, por meio de uma memória² acerca do cenário político brasileiro, (re)atualiza-se o sentido de que indivíduos – por se identificarem com a posição-sujeito utópico - acreditaram ser possível e tornaram possível a passagem da ditadura para a democracia.

Antes de darmos continuidade à análise da sequência discursiva 1, é necessário pontuarmos o que estamos denominando como posição-sujeito utópico. Para tanto, é importante explicarmos, brevemente, o modo como a noção de sujeito é pensada no interior da AD e como, a partir dela, a noção de posição-sujeito é mobilizada por Pêcheux.

Tomando como base a tese de Althusser de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, Pêcheux (1975, p.147) defende que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu*

²No nosso trabalho, compreendemos a memória tal como Pêcheux (1983b, p.56), para quem a “[...] memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos”.

discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes.”³. Assim,

O funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas (PÊCHEUX, 1975, p. 149).

Como se vê acima, a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se dá pela identificação do sujeito com a formação discursiva (FD) que o domina, ou seja, na qual ele é constituído como sujeito (Pêcheux, 1975). Na perspectiva pecheutiana, compreende-se que, “sob a *evidência* de que ‘eu sou realmente eu’ [...], há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio” (Pêcheux, 1975, p. 145). É a partir disso que se pode pensar acerca de uma posição-sujeito, ou seja, de um sujeito enquanto lugar (posição) no interior de determinada FD. Dessa forma,

Abandona-se, na AD, a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo. O que há são posições do sujeito. O sujeito é estruturalmente dividido desde sua constituição e só tem acesso a parte do que diz. A falha o constitui, assim como a falha constitui a língua. Espaço da interpretação, instância ideológica. O sujeito é pensado discursivamente como posição entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um lugar que ocupa para ser sujeito do

³ Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux (1975, p.147) esclarece que a formação discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que *pode* e *deve* ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...]”. Em relação à formação ideológica, Haroche, Henry e Pêcheux (2007, p. 26) afirmam que “falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras. [...] as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* [...]”.

que diz. Acontece que o modo pelo qual ele se constitui sujeito não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade que o constitui (ORLANDI, 1998, p. 12).

O sujeito de que trata a AD, como se vê, não é da ordem do empírico e não é definido por seu conteúdo psicológico. Não se trata de uma concepção segundo a qual o sujeito pragmático diz o que quer e é a origem do sentido. Ao contrário, na abordagem da AD, o que o sujeito diz e os sentidos que são atribuídos a esse dizer estão relacionados com a FD na qual o sujeito está inserido.

Para Pêcheux (1975), não existe prática sem sujeito. No entanto, ele ressalta que

não se trata de dizer, porém, que uma prática (discursiva ou não) seja a *prática de sujeitos* (no sentido dos atos, ações, atividades de um sujeito – isso seria cair no golpe do que chamamos o “efeito Münchhausen”), mas sim de constatar que todo sujeito é constitutivamente *colocado como* autor de e responsável por seus atos (por suas “condutas” e por suas “palavras”) em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas no qual ele é interpelado em “sujeito-responsável” (PÊCHEUX, 1975, p. 198).

Como se vê, na perspectiva pecheutiana, o sujeito não é pensado como fonte do sentido, não se trata do sujeito gramatical ou de um sujeito pragmático, consciente; trata-se, então, de uma posição-sujeito. É a partir da abordagem proposta por Pêcheux que tratamos da posição-sujeito utópico no nosso trabalho.

Além disso, o processo de identificação a que fizemos referência também é explicado por Pêcheux (1975), que discute, da perspectiva da AD, as modalidades discursivas do funcionamento subjetivo. Para o autor, a interpelação supõe um desdobramento entre o sujeito enunciador e o sujeito universal e pode assumir diferentes modalidades: identificação, contra-identificação e desidentificação.

A identificação corresponde, segundo Pêcheux (1975, p. 199), a um recobrimento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, “de

modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livremente consentido”.

A contra-identificação, para Pêcheux (1975, p. 199), ocorre quando “o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal”, de forma que a tomada de posição do sujeito para assujeitar-se à forma-sujeito se dá através da separação (distanciamento, dúvida, revolta) com o que “o sujeito universal lhe dá a pensar”. As formações discursivas têm contradições entre si e no seu interior, sendo próprio da FD dissimular essa contradição. Por isso, a contra-identificação não implica uma saída da FD, mas sim um questionamento a partir das contradições.

Conforme o autor, ainda, o processo de desidentificação refere-se a uma modalidade subjetivo-discursiva e a uma tomada de posição não-subjetiva, e ocorre de duas maneiras: i) pela apropriação subjetiva do conhecimento científico; ii) e pela apropriação subjetiva da política de tipo novo. Assim, no processo de desidentificação, o sujeito se desidentifica com a forma-sujeito que o domina e rompe com a FD em que estava inscrito, identificando-se com outra FD e sua respectiva forma-sujeito.

Ao considerarmos que essa discussão sobre o processo de identificação, contra-identificação e desidentificação está relacionada, em Pêcheux (1975), com a questão das formações discursivas, é necessário operarmos um deslocamento a fim de que seja possível associar as três modalidades à questão da posição-sujeito e, mais especificamente, à posição-sujeito utópico. É somente a partir desse deslocamento que podemos afirmar que, de acordo com o que é discursivizado na sequência discursiva 1, alguns indivíduos, entre os quais estão Marina Silva, Dilma Rousseff, José Serra e Ciro Gomes, identificam-se (ou já se identificaram) com a posição-sujeito utópico.

Feitas essas considerações, e dando continuidade à análise do excerto selecionado, verificamos que, na sequência discursiva 1, no cenário das candidaturas das eleições presidenciais de 2010, a inclusão dos adversários de Marina como indivíduos que se identificaram com a posição-sujeito utópico desqualifica uma suposta crítica da oposição em relação a uma utopia que se associa a Marina. Isso acontece porque, no efeito-sentido

identificado, a utopia é um elemento propulsor de mudanças que beneficiam a sociedade brasileira.

Diante do que foi exposto, então, notamos que, segundo o que é apontado nesse excerto, identificar-se com o lugar de *mantenedor de utopia* não se constitui como algo que desqualifica determinado candidato em um cenário de eleições. Assim, o fato de Marina identificar-se com a posição-sujeito utópico é discursivizado como positivo, tendo em vista que a utopia é, nesse excerto, o elemento que suscita avanços e progressos, além de estar relacionada à mobilização em prol daquilo que se deseja alcançar.

Na sequência discursiva analisada, a oposição entre a utopia e a realidade aparece, mais uma vez, em um segundo momento. No entanto, diferentemente da primeira aparição, há a (re)produção de um efeito segundo o qual é possível fazer a transposição da utopia para a realidade. Nesse caso, os dois termos não estão em polos opostos e não estão em uma relação de exclusão. A expressão *serem transformados em realidade* indica que, no efeito-sentido identificado, a utopia é passível de realização, está na esfera daquilo que pode ser realizado.

A próxima sequência discursiva analisada faz referência à saída de Marina Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). Vejamos:

(2) O que me fez sair do PT foram as mesmas razões pelas quais fiquei durante 30 anos. *Eu saí para manter a minha conectividade com os ideais que eu acredito. E o PT não foi capaz de se conectar com as utopias do século 21. A grande utopia do século 21 é fazer uma inflexão civilizatória no modelo de desenvolvimento*, e essa é uma contribuição não só do Brasil, é do planeta inteiro. *É de revisitar paradigmas* (ROLLING STONE, setembro de 2010, grifo nosso).

Na sequência discursiva acima, que se refere à saída de Marina Silva do PT, há a indicação de que o Partido dos Trabalhadores não está em sintonia com a utopia, ou, melhor dizendo, com uma certa utopia. Inicialmente, a saída de Marina do PT é atribuída à necessidade de a candidata preservar os valores nos quais acredita. Isso indica que, de algum modo, a sigla a qual ela pertencia não mantém os mesmos valores de outrora.

Ainda na sequência discursiva 2, a utopia é caracterizada a partir de um recorte temporal: não se trata de qualquer utopia, e sim da utopia do século XXI. Nesse excerto, a utopia refere-se a uma mudança no modo de se conceber o desenvolvimento. Assim, no efeito-sentido identificado, a utopia está relacionada com a capacidade de rever questões, repensar modelos, reformular estratégias.

A expressão *revisitar paradigmas* também indica que o efeito-sentido de utopia, nesse excerto, está relacionado com a possibilidade de repensar o que está em curso. Diante das necessidades que o século XXI impõe, é necessário, portanto, avaliar o modo como o desenvolvimento da Nação tem sido conduzido, os seus impactos nas diferentes áreas e a necessidade de modificar concepções e práticas.

Conforme apontado na sequência discursiva, a saída de Marina do PT se deve ao fato de que o Partido não estaria efetivamente vinculado à utopia do século XXI, como dissemos. A partir disso, o efeito que se (re)produz é o de que a candidata identifica-se com a posição segundo a qual é necessário, por vezes, diante das circunstâncias, avaliar o que tem sido feito e repensar as estratégias que têm sido utilizadas.

Tomando como base as considerações que fizemos no tópico anterior, podemos afirmar que, na discursivização sobre o socialismo utópico, esse tipo de socialismo pode ser caracterizado por reconhecer a necessidade de reestruturar a sociedade com base em um planejamento que leva em conta as condições que se manifestam no tempo presente. Assim, a utopia pode estar associada a uma crítica ao mundo existente, a partir da qual se almeja uma nova sociedade. De modo semelhante, na sequência discursiva 2, o efeito-sentido de utopia está relacionado à necessidade de rever paradigmas, levando-se em consideração as condições do tempo presente.

Prossigamos com a análise do excerto 3:

(3) "[...] *para mim, até agora tudo que ela disse são incógnitas. Ela tem um plano bem utópico, mas não mostrou como vai fazer para chegar lá, que propostas concretas tem para alcançar essa utopia de um Brasil que ela imagina que vai conseguir fazer*", destaca. [...] "*Desistiu do PT (utopia do passado) quando*

poderia ter resistido como fazem hoje tantos PTistas históricos, mesmo não tendo o mesmo espaço que a elite que tenta dominar o partido.” [...] questiona (G1, 29/08/2014, grifo nosso).

Na sequência discursiva 3, que se refere à campanha de Marina Silva em 2014, verificamos que as coisas ditas pela candidata são caracterizadas como incógnitas. O efeito que se produz é o de descrédito, já que o desconhecido não inspira confiança. Assim, não se pode atribuir credibilidade a um candidato que não é capaz de ser claro nas coisas que diz.

Os planos de Marina também são caracterizados como utópicos. A princípio, é possível depreender que se trata de um sentido positivo de utopia, entendida, na sequência discursiva, como projeções que visam à melhoria do País. No entanto, o uso da conjunção adversativa *mas*, que estabelece uma relação de oposição entre o que foi dito antes e o que será apresentado em seguida, aponta a dificuldade da candidata em demonstrar a viabilidade do que propõe. Em outras palavras, apesar de ter boas ideias para o Brasil, Marina não consegue indicar o modo como as colocará em prática.

A relação opositiva identificada em 3 produz um efeito de negatização da utopia, na medida em que não se sabe se ela está no plano do realizável. Este efeito se justifica porque, nessa posição-sujeito, particularmente, a incerteza acerca da efetividade das propostas não se configura como algo esperado de quem se identifica com esse lugar. No entanto, de outras posições-sujeito, é possível formular acerca de uma utopia que, apesar de não se saber realizável, já é suficiente pelo simples fato de impulsionar e inspirar progressos.

O uso das expressões *propostas concretas* e *um Brasil que ela imagina que vai conseguir fazer* reforçam o efeito de negatização da utopia. Na sequência discursiva 3, a ideia de concretude, ou, mais especificamente, a falta dela, indica a ausência de consistência no que é proposto por Marina. Do mesmo modo, a referência a algo que a candidata imagina ser possível fazer (re)produz um efeito de suposição, de algo que faz parte apenas do que ela idealiza para o Brasil.

Outra questão a ser discutida na análise desse excerto diz respeito ao discurso segundo o qual o PT é uma utopia do passado. De outro modo, podemos afirmar que a posição-sujeito utópico funcionava dentro

do PT, se considerarmos essa posição como ligada à possibilidade de alinhar utopia política e realidade partidária. No entanto, o efeito de *utopia do passado* indica que a associação entre a utopia e o Partido dos Trabalhadores parece não funcionar na atualidade, ou seja, que a posição-sujeito utópico não funciona mais no PT.

O último excerto analisado neste trabalho apresenta uma contraposição entre a campanha de Dilma Rousseff (PT) e a de Marina Silva, ambas candidatas à Presidência da República em 2014 no Brasil. Vejamos:

(4) Teve uma manchete na Folha de S. Paulo que me chamou a atenção: “*Dilma agora vende realismo como mote contra utopias da rival*”. [...] Alvo preferencial de todos os adversários, *Dilma recomendou pés no chão: falou de limitações orçamentárias, da crise internacional e da necessidade de barganhar apoios no Congresso. Inédito em campanhas petistas ao Palácio do Planalto, tamanho realismo nasceu da necessidade de improvisar um contraponto à ascensão de Marina e seu programa de utopias generalizadas* (TRIBUNA DO NORTE, 03/09/2014, grifo nosso).

Na sequência discursiva acima, as expressões *vende*, *mote* e *rival*, quando colocadas em relação a fim de caracterizar o modo como a candidata do PT tem desenvolvido a sua campanha, remetem ao discurso publicitário. Essa relação é possível porque, na sequência discursiva 4, o realismo é apresentado como um produto, o que torna necessário o desenvolvimento de estratégias para que esse produto seja aceito. Como se sabe, na publicidade, as empresas utilizam diferentes estratégias a fim de venderem os seus produtos e se destacarem em relação aos concorrentes.

Ocorre, então, um funcionamento semelhante ao identificado por Pêcheux (1983a) em relação ao enunciado *on a gagné*. Ao discorrer sobre o discurso como estrutura e acontecimento⁴, Pêcheux (1983a)

⁴ Segundo Pêcheux (1983a), o discurso é estrutura e acontecimento, e o acontecimento pode ser compreendido como o encontro entre uma memória e uma atualidade. Nessa perspectiva, o discurso se constitui na relação entre o que se mantém e a possibilidade do novo, e está sempre sujeito à possibilidade do equívoco. Para Pêcheux (1983a, p. 56), todo discurso, pela sua existência, marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação das redes de memória e trajetões sociais, ou seja, “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço”.

mostra que há um deslocamento do enunciado *on a gagné* do campo dos esportes para a esfera política, na ocasião da vitória do candidato François Mitterrand nas eleições presidenciais da França em 1981. Ainda que, do ponto de vista de uma estabilidade lógica, o enunciado seja o mesmo nos dois campos, há um deslizamento de sentido, uma vez que o enunciado está relacionado a dois acontecimentos diferentes.

Na sequência discursiva analisada, há um deslizamento de sentido de *vende, mote e rival*, numa relação entre a esfera publicitária e a política. Em 4, aquilo que tem sido *vendido* por Dilma, ou seja, a ideia que tem sido defendida pela candidata, refere-se à importância de não perder de vista a realidade do País, o que inclui as restrições no orçamento, a crise internacional e a necessidade de negociar apoios no Congresso. A expressão *recomendou pés no chão* reforça esse efeito de preocupação com a realidade.

O discurso publicitário é mais uma vez retomado na sequência discursiva 4 na medida em que o realismo adotado pela candidata Dilma não é apresentado como sendo uma característica das campanhas presidenciais do Partido dos Trabalhadores. Compreende-se, portanto, que o realismo apregoado pela candidata do PT foi fruto das circunstâncias: o crescimento de Marina e de sua plataforma de governo utópica. No discurso materializado nesse excerto, do mesmo modo como as empresas reformulam suas estratégias ao se sentirem ameaçadas pela concorrência, também os políticos, nas campanhas eleitorais, adequam seus programas de governo diante de determinada conjuntura, como o crescimento de outro candidato nas pesquisas eleitorais.

Na sequência discursiva analisada, o realismo associado à candidatura de Dilma se opõe à utopia que caracteriza a campanha de Marina. A oposição entre utopia e realidade é mais uma vez apresentada, no entanto, na sequência discursiva 4, onde há um efeito diferente do que foi identificado nas demais sequências discursivas até então analisadas e que também faziam referência a essa oposição. Em 4, a utopia do programa político de Marina representa uma ameaça para a candidatura de Dilma, a ponto de, inclusive, forçar uma reestruturação na campanha da petista. A utopia que caracteriza a plataforma de governo de Marina, ao contribuir para que a candidata ganhasse maior destaque na corrida eleitoral de 2014, também incitou mudanças nas campanhas dos outros candidatos.

4 Considerações finais

A análise das quatro seqüências discursivas apresentada neste artigo permitiu-nos identificar diferentes efeitos-sentido de utopia, segundo os quais a utopia: i) é um ideal que impulsiona a busca por melhorias e visa à melhor organização da sociedade; ii) estimula as pessoas a desenvolverem projetos e ações; iii) é um elemento propulsor de mudanças que beneficiam a sociedade brasileira; iv) é praticável, pois está na esfera das possibilidades; v) está relacionada à capacidade de rever questões, repensar modelos, reformular estratégias, levando-se em consideração as condições do tempo presente; vi) está na esfera do irrealizável e da abstração, ou seja, é um ideal cuja realização parece improvável.

Esses diferentes efeitos-sentido de utopia, associados ao sujeito político Marina Silva, (re)produzem um efeito de positivação e de negatificação da candidata, sujeito pragmático, e/ou das utopias que caracterizam o seu programa de governo. O efeito de positivação refere-se à qualificação da candidata e de suas propostas de governo, enquanto que o efeito de negatificação está associado à desqualificação de Marina e de seus projetos políticos.

Nas seqüências discursivas analisadas, o efeito de positivação é identificado, por exemplo, na medida em que: i) a utopia associada a Marina Silva é um ideal que impulsiona mudanças relativas ao desenvolvimento do País e motiva a busca por melhores condições de vida para a população; ii) as utopias da candidata podem se concretizar; iii) as utopias da candidata estão relacionadas à mobilização em prol do que se deseja alcançar; iv) a utopia de Marina refere-se à capacidade de romper com a ordem estabelecida e ousar propor ações enérgicas tendo em vista o progresso da Nação.

O efeito de negatificação, por sua vez, é verificado, por exemplo, na medida em que: i) há uma distância entre o que a candidata idealiza, ou seja, suas utopias, e aquilo que existe na realidade; ii) as utopias da candidata fazem com que falte efetividade nas suas propostas e ações governamentais; iii) as plataformas utópicas de Marina não viabilizam um governo eficiente, motivo pelo qual a sua candidatura não se configura como uma alternativa que contemple as reais necessidades do País.

Por fim, destacamos também que a oposição entre utopia e realidade, presente em algumas das sequências discursivas analisadas, (re)produz diferentes efeitos, como mostramos nas análises. Dentre eles, destacamos: i) há um distanciamento entre a utopia e a realidade, de modo que não é possível manter a utopia nas situações reais com as quais é necessário lidar; ii) é possível fazer a transposição da utopia para a realidade; iii) há um efeito de dúvida acerca da possibilidade de manutenção da utopia, de modo que não se sabe, ao certo, se é praticável conciliar as utopias políticas e as questões práticas que a realidade impõe; iv) as utopias dos programas políticos de candidatos (no caso, Marina Silva) representam uma ameaça para a candidatura dos outros candidatos, a ponto de forçarem uma reestruturação das outras campanhas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. de. Falácias Acadêmicas, 8: os mitos da utopia marxista. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 96, 2009. Disponível em: < http://www.espacoacademico.com.br/096/96esp_pra.htm>. Acesso em: 28 jan. 2015.
- BARBOSA, J. L. A cidade do devir na utopia de Thomas Morus. **GEographia**, Niterói, v. V, n. 10, p. 25-42, 2003. Disponível em: < <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/126>>. Acesso em: 05 set. 2014.
- BUBER, M. **O Socialismo Utópico**. Tradução Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- CHAUÍ, M. Notas sobre Utopia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 60, n. spe1, jul. 2008. Disponível em: < http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252008000500003&script=sci_arttext>. Acesso em: 07 mar. 2014.
- HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, B. L. (Org). **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Tradução Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 13-31.

MORE, T. **Utopia**. Prefácio João Almino. Tradução Anah de Melo Franco. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004. Disponível em: < <http://funag.gov.br/loja/download/260-Utopia.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2014.

ORLANDI, E. P. O próprio da Análise de Discurso. In: **Escritos: Discurso e Política**. Campinas: Labeurb, 1998.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania S. Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 59-158. Edição original:1969.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009. Edição original:1975.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2006. Edição original: 1983a.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da memória**. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007. p. 49-56. Edição original: 1983b.

Recebido em setembro de 2015.

Aceito em novembro de 2015.

SOBRE AS AUTORAS

Mayara Archieris Amorim é mestre em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB (2015). Possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2012). Participa do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis/Uesb/CNPq), no qual tem adquirido experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso, mídia, memória discursiva, política.
E-mail: mayararchieris@hotmail.com

Maria da Conceição Fonseca-Silva é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2003); mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1998) e realizou pós-doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2006/2007). É Pesquisadora nível 2 do CNPq. Atualmente é professora Titular/Pleno do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, onde atua como professora pesquisadora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin-Uesb) e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMEMORIALS-Uesb). Atuou na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMEMORIALS-Uesb), desde a implantação do curso de mestrado em 2008 até fevereiro de 2013, e como vice-coordenadora, desde 2014. É co-editora do periódico *Estudos da Língua(gem)*. É líder do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso; (GPADis/Uesb/CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Estudos da Língua(gem) (GPEL/Uesb/CNPq). Tem experiência na área de disciplinar de Linguística e na área multidisciplinar de Memória, com ênfase em Análise de Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: efeitos-sujeito e efeitos-sentido, memória, discurso político e discurso jurídico, corrupção política, sujeito mulher.
E-mail: con.fonseca@gmail.com